

ELEIÇÕES

Ameaça de pleito “conturbado”

Aos gritos e com palavrões, Bolsonaro volta a levantar suspeita sobre o processo eleitoral e ataca, mais uma vez, o Supremo

» INGRID SOARES

Aos gritos e usando palavrões, o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que o Brasil pode ter eleições “conturbadas” em outubro. A declaração ocorreu durante discurso a empresários no Apas Show, um evento de supermercados em São Paulo.

“Vocês foram excepcionais nesta pandemia, mas tudo pode acontecer. Podemos ter uma outra crise, podemos ter eleições conturbadas”, frisou. “Imagine acabarmos as eleições e pairar para um lado ou para o outro a suspeição de que elas não foram limpas. Não queremos isso. Vocês sabem o que o Brasil precisa.”

Bolsonaro voltou a disparar contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao dizer que o senador Jaques Wagner (PT-BA) — integrante da pré-campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — tem conversado com embaixadores para falar sobre a posse do petista. “Vejo hoje na mídia que o nosso querido Jaques Wagner já está entrando em contato com embaixadores sobre a posse do Lula. Quem está dando essa certeza para ele? Eu acho que não é o nosso inexpugnável TSE. Quem está dando essa certeza para ele? A quem eles querem enganar?”, acrescentou.

O presidente também criticou o TSE por não ter acatado as sugestões apresentadas pelas Forças Armadas para as eleições de outubro. Nenhuma foi acolhida, mas a Corte fez a ressalva de que algumas poderão ser incorporadas futuramente.

“A alma da democracia é o voto. O TSE convida as Forças Armadas. Elas levantam mais de 600 vulnerabilidades. Dá para você entender? Se pegar uma peneira de um metro de diâmetro, tem mais vulnerabilidade que essa peneira. (As

Isac Nóbrega/FP



Podemos ter uma outra crise, podemos ter eleições conturbadas. Imagine acabarmos as eleições e pairar para um lado ou para o outro a suspeição de que elas não foram limpas”

Jair Bolsonaro, presidente da República

FAs) Fazem seu trabalho, apresentam as sugestões, não valem as sugestões”, protestou.

Aos empresários, Bolsonaro ressaltou que “não podemos esperar chegar 2024, 2025, olhar para trás e pensar: ‘O que nós não fizemos em 2022 para o Brasil estar essa merda que está hoje?’”. “O linguajar é esse. Tem de chocar”, acrescentou.

Lula também foi alvo do chefe do Executivo, que apelidou o ex-presidente de “nine” (nove, em inglês). “Vi o ‘nine’ falando que eu vou perder a eleição e vou perder a minha família toda. Está achando que vai me intimidar? Dando recado? Ou nós decidimos no voto para valer, contabilizado, auditado, ou a gente

se entrega. E se se entregar, vão levar 50 anos ou mais para voltar à situação que está hoje em dia”, destacou.

Ele enfatizou que nunca irá para a cadeia. “Mais da metade do meu tempo eu me viro contra processos. E até já falam que eu vou ser preso. Por Deus que está no céu, eu nunca serei preso”, disse, sob aplausos.

Bolsonaro criticou a revisão do marco temporal das terras indígenas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e ameaçou não cumprir a decisão, caso seja favorável a novas demarcações. “Caso seja aprovado, nós teremos, além da Região Sudeste, uma área equivalente à Região Sul demarcada como terra indígena e,

pela localização geográfica, teremos mais uma área do tamanho do estado de São Paulo inviabilizada para o agronegócio. Acabou. Acabou, p”, gritou.

E acrescentou: “Não devemos medir palavras para defender o nosso Brasil. Ficam alguns de frescura: ‘Ele fala palavrão’. Então, vote naquele do passado que falava bonito e ferrava vocês. A minha passagem de vida militar me fez usar alguns palavrões de vez em quando. Peço desculpa aos senhores, mas é uma realidade. O que sobra para mim se o Supremo aprovar isso daí? Tenho de pegar a chave da Presidência, entregar lá no Supremo e falar: ‘Toma, é de vocês’. Ou falar: ‘Não vou cumprir’. O que eu faço?”.

PF investigará o casal Moro

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) pediu que a Polícia Federal investigue se o ex-juiz Sergio Moro e a mulher dele, a advogada Rosângela Moro, cometeram fraude ao transferirem o domicílio eleitoral de Curitiba para a capital paulista.

O promotor Reynaldo Mapelli Júnior disse que as primeiras explicações enviadas pelo casal “não convencem” e que é preciso aprofundar a investigação.

Por lei, a mudança de domicílio eleitoral demanda comprovação de que o novo endereço venha sendo usado há pelo menos três meses. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também já decidiu que a alteração exige “vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares”.

Ao justificar a transferência, a defesa do ex-juiz disse que São Paulo virou seu “hub” para voos. Moro também afirmou que, desde dezembro, um hotel na capital paulista passou a ser “sua residência primária e base política”. Ao mudar o cadastro na Justiça Eleitoral, porém, usou um contrato de locação assinado dois dias antes da alteração.

Para justificar o vínculo com a capital paulista, Moro informou ao MP que recebeu honorárias no estado e que trabalhou para a consultoria americana Alvarez & Marsal. Já Rosângela afirmou que, desde 2016, presta serviços para uma associação de pessoas com doenças raras sediada em São Paulo.

“É uma situação que, por si só, exige uma investigação criminal para verificar se a inscrição foi fraudulenta ou não, inclusive considerando a aparente fragilidade dos demais vínculos alegados a posteriori (no caso de Sergio, as honorárias que não foram conferidas pela municipalidade de São Paulo, o contrato com empresa novaiorquina que teria sede na capital paulistana e o núcleo político que diz ter se dado em outro local, o Hotel Continental; no caso de Rosângela, o contrato de prestação de serviços com um associação de defesa de pessoas com doenças raras e outras deficiências, que tem sede na capital paulistana”, anotou o promotor.

O pedido para investigar o casal foi feito pela empresária Roberta Luchsinger, filiada ao PSB, no mês passado. Recém-filiados ao União Brasil, Moro e Rosângela são paranaenses. Os dois transferiram os domicílios eleitorais com a intenção de lançar candidaturas ao Legislativo.

O advogado Gustavo Guedes, que representa o ex-juiz, afirmou que “Sergio e Rosângela Moro cumpriram rigorosamente todas as exigências da legislação eleitoral ao solicitarem a mudança de domicílio eleitoral”. “Moro e sua esposa estão à disposição da Polícia Federal para prestar todos os esclarecimentos necessários, confiantes de que a lei vale para todos e deverá prevalecer”, acrescentou.

TSE recebe apoio de entidades contra ataques

» LUANA PATRIOLINO

Incomodado com as investidas do presidente Jair Bolsonaro (PL), que insiste em colocar em dúvida a lisura das eleições, o grupo Coalização para a Defesa do Sistema Eleitoral — formado por mais de 200 entidades e organizações da sociedade civil — entregou, ontem, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, uma carta em protesto às críticas do chefe do Executivo.

O grupo classificou o comportamento de Bolsonaro de “agressão”. “Tais agressões, bravatas e afirmações desprovidas de respaldo técnico, científico e moral, servem a um único propósito: o de gerar instabilidade institucional, disseminando a desconfiança da população brasileira e do mundo acerca da correção e regularidade das eleições brasileiras”, destacou, no manifesto. “Por consequência, desacreditar o próprio país, como nação

democrática, colocando em xeque a segurança jurídica, em momento especialmente delicado, em que se faz essencial a tranquilidade e a isenção de ânimos, para que o processo eleitoral transcorra sem sobressaltos ou mesmo atos de violência.”

Em um recado direto a Bolsonaro, as entidades afirmaram que não vão aceitar chantagens e ameaças de ruptura institucional “após pouco mais de três décadas em que a normalidade democrática foi restabelecida em nosso país, com o custo de muitas vidas, sofrimentos, privações e lutas”.

O grupo lembrou, ainda, que o sistema eletrônico de votos tem evoluído com o passar dos anos e que “entregou seus resultados dentro da mais ampla transparência e lisura”.

Desde que foi eleito, Bolsonaro e apoiadores afirmam que as eleições de 2018 foram fraudadas e que a chapa teria ganhado no primeiro turno contra Fernando

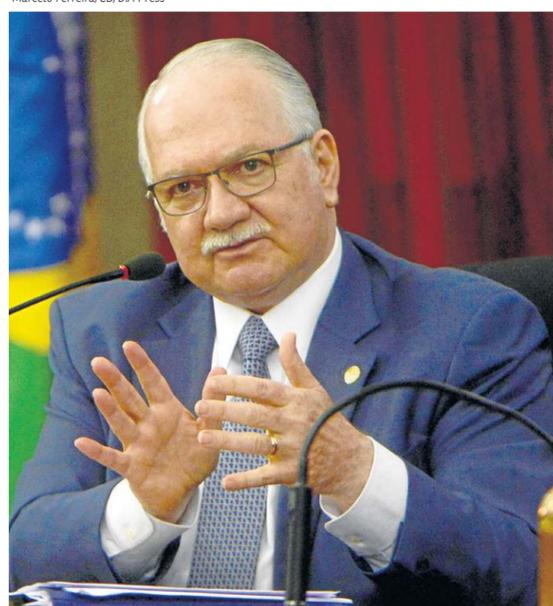
Haddad (PT). O presidente chegou a sugerir que as Forças Armadas fizessem uma apuração paralela no pleito deste ano.

Na semana passada, Fachin subiu o tom e afirmou que nada nem ninguém vai interferir na integridade do pleito. O magistrado enfatizou ser atribuição do TSE garantir eleições limpas e confiáveis e chamou o trabalho de “forças desarmadas”.

Na semana passada, ocorreu no TSE o chamado Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação (TPS). Nele, especialistas avaliam se há vulnerabilidades nas urnas eletrônicas. O trabalho reuniu investigadores, hackers, programadores, representantes de universidades e peritos da Polícia Federal.

Na sexta-feira, o TSE anunciou a conclusão do trabalho. Segundo a Corte, os investigadores não conseguiram alterar votos, afetar a apuração ou fraudar qualquer tipo de contagem.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Fachin recebeu a carta da Coalização para a Defesa do Sistema Eleitoral

A maior rede de proteção social do Brasil também é obra do GDF.

760 MIL PESSOAS BENEFICIADAS.

Maria Julieta Ferreira
Frequentadora do Restaurante Comunitário de Ceilândia

